

EDITORIAL

Tenho o prazer de apresentar o número temático Wikileaks - Cibercultura e Política da Revista Contemporanea.

Surgido em 2006, mas tendo o final de 2010 como seu momento mais importante, o Wikileaks, coordenado por Julian Assange, difundiu importantes e constrangedores documentos secretos que mobilizaram a opinião pública e incomodaram as principais potências mundiais (EUA, China, França, Grã-Bretanha) e alguns países emergentes, entre eles o Brasil.

O papel das tecnologias de comunicação e informação (TICS) na reconfiguração do jogo político não é um fato novo. Podemos encontrar exemplos nas ações ativistas, no uso por candidatos, políticos eleitos e partidos, bem como governos e instituições públicas. Essas ações acontecem desde o surgimento da micro-informática, em 1970, já como uma "guerrilha" contra a Grande Informática (P. Breton), mas elas ganham corpo com a expansão da internet nos anos 1990. Podemos citar, para ilustrar, a máxima "a informação quer ser livre" dos anos 1980; o ativismo hacker, o aparecimento do movimento de Chiapas no México, o surgimento do movimento do software livre, nos anos 1990 e as ações com apoio das novas mídias sociais (SMS, blogs, Twitter, Facebook, YouTube) em prol da luta social nas últimas eleições no Irã, nos levantes populares na Tunísia e Egito e nos últimos acontecimentos na Grã-Bretanha nos anos 2000. O Wikileaks, que se vale de ações ativistas de hackers (hacktivismo) e colaboração em rede (Wiki) para produzir vazamento de informação (leaking), é a mais nova faceta do ciberativismo global. O objetivo é liberar informações confidenciais de suposto interesse público, revelando fragilidade, ações violentas, censura ou outras formas de ameaça à democracia, à liberdade e à privacidade.

O fenômeno da "guerra cibernética" a partir do Wikileaks (censura ao site por empresas e redes sociais, contra-ataque de hackers, prisão do seu coordenador, etc.) não é novo e pode ser situado como herdeiro de outras lutas no ciberespaço: A Operação Sun Devil, em 1991 (que culminou com o surgimento da Electronic Frontier Foundation); a manifestação contra o chip Clipper, em 1993 (uma tentativa de vigilância e controle de computadores e redes pelo serviço secreto americano, culminando com o movimento de criptografia cypherpunk e o programa de criptografia PGP); a campanha das fitinhas azuis nos websites contra a censura na rede do Communication Decency Act (que ficou conhecido como Cyberporn); o ataque e as diversas reações contra a livre troca de arquivos a partir do surgimento do Napster em 2000; o ativismo colaborativo copyleft pela livre circulação de informação e de novos sistemas de direito de autor (como o Creative Commons); o movimento pela adoção de software livres contra os sistemas proprietários, etc. Em todos esses movimentos, circulação livre de informação e uso de redes sociais (desde a Usenet nos anos 1990, até o Twitter e Facebook hoje) produzem um importante e interessante arranjo sociopolítico através das novas TICs.

O desafio desse número é pensar essa atualidade e tentar responder a algumas perguntas. É possível controlar e censurar a internet? Qual o papel dos meios de comunicação de massa em meio a novos formatos de produção e distribuição de informação? No que se constitui, se é que se constitui, essa esfera pública global? Qual o limite da legalidade ou da ilegalidade no acesso e difusão de informações confidenciais? Toda informação deve ser livre? Quais os limites da soberania, do território dos Estados-Nação no controle da informação no ciberespaço? Como analisar o papel mediador das novas mídias e redes sociais nesses movimentos?

Os artigos aqui publicados tratam dessas questões sob enfoques os mais variados: ativismo e ciberativismo, ética jornalística, agendamento, forma e conteúdo informacional, controle, poder, territorialidade e governabilidade, entre outros. Podemos dizer que os oito artigos desse dossiê temático dividem-se em duas grandes áreas: a política e o jornalismo. No que se refere à primeira, temos os textos de Sérgio Amadeu, Rodrigo Firmino e Graciela Selaimen que giram em torno do poder, do controle e da territorialidade. Na discussão sobre jornalismo temos os trabalhos de Juremir Machado da Silva, de Elisabeth Saad Corrêa, de Rogerio Christofoleti e Cândida de Oliveira, de Gabriela Zago e Jandré Batista e o de Patricia de Melo que tratam da relação entre conteúdo e o formato informacional, dos desafios do jornalismo em meio aos novos meios digitais, da ética, do agendamento e da liberdade de expressão.

Sérgio Amadeu mostra como a história do hacktivismo é mais longa e questiona a relação entre os mass media e o Wikileaks através das noções de controle e poder. Há uma tensão entre protocolos, controle e vigilância das informações circulando na internet. Esse tema é retomado no texto de Rodrigo Firmino que coloca em discussão a questão das fronteiras, dos territórios e da soberania dos Estados-Nação, e por Graciela Selaimen, que discute a questão do Estado, da Internet e da informação, sustentando que o caso Wikileaks é um bom exemplo do hiato entre os fundamentos democráticos e suas práticas. Em todos os textos discute-se a governança da internet e a separação entre poder e controle, por um lado, e liberdade de expressão e privacidade, por outro.

Na discussão sobre jornalismo, Juremir Machado da Silva aponta para a volta do conteúdo em meio a uma cultura midiática que se sustentou pelo espetáculo e pela cultura da embalagem. Elisabeth Saad Corrêa enfatiza a cultura digital, mostrando como liberdade de expressão e transparência fazem a ponte entre Wikileaks e a prática jornalística. Ela vai se perguntar se o Wikileaks seria uma operação jornalística, reconhecendo-o como uma nova tendência cibercultural de produção e distribuição da informação no novo ambiente midiático. Rogerio Christofoleti e Cândida de Oliveira vão arguir sobre os limites éticos da prática de difusão de informações do Wikileaks. Os autores mostram novas relações entre fonte, jornalistas e atores sociais, afirmando que o Wikileaks inaugura novas formas de desvelamento de informações. Gabriela Zago e Jandré Batista mostram como as novas redes sociais podem criar formas particulares de agendamento, trazendo a tona a discussão sobre agenda setting. A partir da análise dos Trending Topics no Twitter, os autores afirmam que esse formato pode se configurar como um tipo de ativismo digital. Já Patricia Bandeira de Melo, a partir da economia política, analisa as repercussões do caso na revista Carta Capital e discute a liberdade de imprensa, afirmando que o WikiLeaks retoma o sentido original do jornalismo como forma de denúncia e de investigação e que esse modelo entraria em choque com modelos empresariais.

Os leitores têm em mãos uma interessante contribuição brasileira no campo da comunicação para pensar a cibercultura, as novas mídias, o jornalismo e a política, a partir de um fenômeno social marcante, atual e global, como é o Wikileaks.

ANDRÉ LEMOS
EDITOR TEMÁTICO

Além do dossiê temático, temos também Temas livres. "Rastros na paisagem: a fotografia e a proveniência dos lugares", de Mauricio Lissovsky, Escola de Comunicação/UFRJ; "La participación del público en las sitios web de televisión: Estudio del caso de las Corporaciones de Radiotelevisión Públicas de las Comunidades Autónomas en España", de Koldobika Meso Ayerdi, Ainara Larrondo Ureta, Irati Agirreazkukuenaga Onaindia, José Larrañaga Zubizarreta, Facultad de Ciencias Sociales y de la Comunicación de la Universidad del País Vasco e "O uso do twitter nas eleições de 2010: o microblog nas campanhas dos principais candidatos ao governo do Paraná", de Emerson Urizzi Cervi Univesidade Estadual de Ponta Grossa/ Universidade Federal do Paraná e Michele Goulart Massuchin, Universidade Federal do Paraná.

Boa leitura!

EDSON DALMONTE
JOSÉ FRANCISCO SERAFIM
EDITORES CONTEMPORANEA